

ISSN 2177-2940
(Online)
ISSN 1415-9945
(Impresso)

Os componentes políticos da crise do lulismo

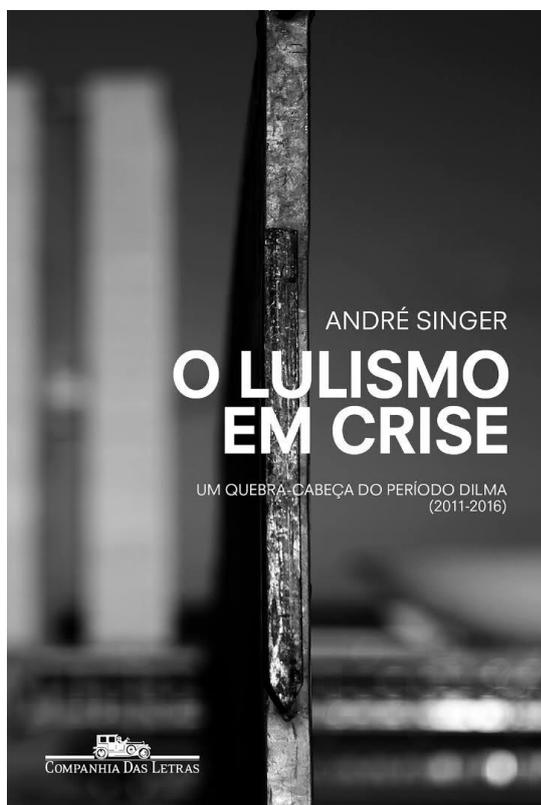
<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i2.43919>

Cássio Augusto Guilherme

Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, UNIFESSPA, Brasil. E-mail: cassionl@yahoo.com.br

Resenha recebida em: 30/07/2018 Aprovada em: 19/09/2018

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma* (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.



Para André Singer, o lulismo se caracteriza, em essência, por incluir os pobres no capitalismo, sem que para isso provoque grandes confrontos de classe. Em sua mais nova e aguardada publicação¹, Singer levanta e problematiza diversas hipóteses políticas ao já acentuado debate acadêmico que objetiva compreender o período de governo e a deposição de Dilma Rousseff via o golpe parlamentar de 2016.

Logo na primeira página de *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*, publicado em 2018 pela Companhia das Letras, o professor André Singer, da USP, coloca a pergunta que norteará seu trabalho: o que aconteceu com a perspectiva otimista na posse de Dilma em 2011 de acelerar o lulismo, reduzir a

1 O livro é aguardado por ser uma espécie de continuação da análise feita pelo autor em *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*, publicado pela Companhia das Letras em 2012 e que analisa os governos de Lula da Silva entre 2003-2010 e as primeiras impressões sobre o ainda iniciante governo da sucessora Dilma Rousseff.

desigualdade e criar um país de classe média? As possíveis respostas são trabalhadas nos sete capítulos das trezentas páginas que compõem o livro.

Em essência, os argumentos de Singer giram em torno de três hipóteses especificadas logo na Introdução. Primeiro, impulsionada pelo carisma de Lula, Dilma levou a sério a ideia de uma empreitada simultânea: “ensaio desenvolvimentista” pela reindustrialização conduzida pelo Estado e “ensaio republicano”², espécie de faxina ética que substituiu apadrinhados políticos por quadros técnicos nas empresas estatais. Segundo, e como consequência, houve reações de frações burguesas, especialmente do mercado financeiro e políticas, principalmente do PMDB, descontentes com tais “ensaios”. Terceiro, diante de tais pressões, às quais se somaram as manifestações de junho de 2013, a Operação Lava Jato e o cerco da grande imprensa, Dilma tomou decisões erráticas, andou em zigue-zague e acabou isolada politicamente.

No primeiro capítulo³, Singer mostra que, em meados de 2011, a presidenta Dilma implementou uma série de medidas “desenvolvimentistas”, muitas das quais solicitadas pela Fiesp e Centrais Sindicais. A

“nova matriz econômica” seria uma plataforma anticíclica de forte intervencionismo estatal. Na tese do autor, diante do predomínio de teses neoliberais, Dilma foi ousada, pois “a nova matriz implicava comprar brigas inéditas [...] confrontava o poderoso setor financeiro para manter o crescimento e obter a reindustrialização” (2018, p. 48). O governo ainda foi à imprensa publicizar que acionaria os bancos públicos na redução dos *spreads* bancários.

Porém, o que intriga Singer é que, ao mesmo tempo que as propostas solicitadas pelos industriais – e de aparente interesse e benefício deles – eram implementadas, a fração produtivista da burguesia brasileira se afastou do governo. O autor trabalha a hipótese de que o abandono dos industriais ao “ensaio desenvolvimentista”, somado ao turbilhão das manifestações de junho de 2013, deixou desnortado o governo, que então passa a promover recuos e, já em 2013, promove os primeiros ajustes fiscais. Ao final do capítulo, há interessante debate sobre as tensões interburguesas e o autor considera quatro hipóteses para o afastamento da fração industrial ao “ensaio desenvolvimentista”: imbricação entre as frações rentista e

2 O autor o uso do termo “ensaio” para justificar o caráter efêmero e vago das iniciativas de Dilma. O termo “desenvolvimento” é justificado para ressaltar o ativismo estatal e o, segundo ele, viés antiliberal das propostas.

3 O capítulo é uma atualização/revisão do texto anteriormente publicado pelo autor em forma do capítulo “A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista” no livro *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?*, organizado por André Singer e Isabel Loureiro e publicado pela Boitempo em 2016.

produtivista; fator ideológico; medo da luta de classes e a dimensão externa.

No segundo capítulo, André Singer discute a erradicação da miséria sob as políticas lulistas e o viés sociopolítico da “nova classe trabalhadora” que o PT, erroneamente, chamou de “nova classe média”. Tendo como referência a pesquisa do economista Waldir Quadros e em debate com os trabalhos de Ruy Braga e Marcelo Neri, o autor argumenta que no lulismo houve uma dupla migração de classe: os “miseráveis” conseguiram empregos – ainda que precarizados – e ascenderam para a “massa trabalhadora”; esta, por sua vez, pôde melhorar a renda e ingressar na “Baixa Classe Média”.

A partir dos dados, Singer busca compreender o problema: os que mudaram de classe tem solidariedade com qual grupo? A hipótese levantada é que, ao denominar a massa trabalhadora de “nova classe média” e não divulgar que foram as políticas estatais que sustentaram a inclusão social, o lulismo desperdiçou o potencial classista dos novos trabalhadores. Os que ascenderam, mesmo sem estabilidade e nada possuindo em comum com a “classe média tradicional”, tenderam a serem atraídos pelos seus valores ideológicos: meritocracia, empreendedorismo e a ver o Estado como inimigo.

Singer divide o período presidencial de Dilma em dois. O divisor foi junho de 2013 e está discutido no terceiro capítulo. A hipótese

é que houve naquele mês o encontro de duas correntes ideológicas que trafegam em sentido oposto: a esquerda extrapetista e a classe média tradicional se encontraram na crítica às instituições, ainda que sob ângulos diferentes. Para Singer, a ausência de respostas à esquerda por parte da presidenta Dilma, para mostrar que a “saúde padrão FIFA” viria com a reindustrialização por ela proposta, possibilitou à direita ocupar o espaço e fixar a narrativa de que basta o fim da corrupção para resolver as carências sociais – ideologia esta que será o mote principal da Operação Lava Jato. Diante de mais essa pressão, Dilma promoveu cortes no orçamento e os grupos de oposição aproveitaram para explorar eleitoralmente a insatisfação.

O sistema partidário brasileiro é analisado no quarto capítulo. Para Singer, desde 1945, é possível perceber a existência de um padrão estável: dois grandes partidos oferecem diferentes caminhos à nação, possuem capilaridade social e apoio contínuo de eleitores e, por isso, refletem a luta de classes na sociedade. Há a opção liberal, antiestatal, direitista e com suporte na classe média, representado antes pela UDN e hoje pelo PSDB e a opção social, trabalhista, nacionalista e de esquerda não socialista antes no PTB e atualmente no PT. Soma-se a ambos a terceira opção mais ao centro-direita, formado por caciques com base eleitoral em pequenas cidades rurais que, para sobreviver,

precisam de verbas públicas e por isso são sempre governistas, como o antigo PSD e o atual PMDB, caracterizados como os chantagistas fiéis da balança. Assim como nos anos 1950-60, uma vez estabelecido o alinhamento e por conta da profunda desigualdade social no Brasil, o “partido da classe média/UDN-PSDB” tem cada vez mais dificuldade de vencer uma eleição federal e flerta com o golpismo a depender da volatilidade do “partido do centro/governista/PSD-PMDB”.

A atuação destes dois partidos no processo golpista é detalhado no quinto capítulo. A reeleição de Dilma em 2014 se deu em condições diferentes da anterior: acirrada polarização, menor vantagem de votos, desaceleração econômico, diminuição de bancada e ofensiva judicial contra o PT. A polarização eleitoral que não é rígida, pendulou para a oposição. Desde o resultado eleitoral, o PSDB passou a flertar com o golpismo e dois projetos paralelos competiam para derrubar a presidenta: Aécio Neves via TSE e José Serra aliado a Michel Temer pelo impeachment. Geraldo Alckmin, de olho na eleição de 2018, preferia apenas desgastar mais o lulismo.

Enquanto o PSDB não se decidia, o grupo ligado a Michel Temer no PMDB tomou a condução do processo. Singer resgata a histórica relação chantagista do partido – sempre em busca de cargos em diretorias de

empresas estatais em troca de votos no Congresso – com os governos FHC e Lula, para melhor discutir sua hipótese: desde a posse em 2011, Dilma Rousseff decidiu fazer um “ensaio republicano”: a limitação do esquema clientelista que há décadas caracteriza a política brasileira. Dilma tirou ministérios do PMDB, demitiu ministros acusados de corrupção, tirou o indicado de Eduardo Cunha em Furnas e os apadrinhados do PMDB e PP na Petrobrás: Paulo Roberto Costa, Jorge Zelada e Renato Duque. A imprensa chamou isso de “faxina ética”. Na tese de Singer: “o problema era que, a cada espanada da faxina dilmista, Cunha recolhia no Congresso adeptos para a vingança que preparava lentamente” (2018, p. 189). Dilma então passa a ser sucessivamente derrotada em votações na Câmara, comandadas por Henrique Alves e Eduardo Cunha, ambos do grupo político ligado a Michel Temer. Para o autor, ironicamente, Dilma seria acusada de encobrir o esquema de corrupção que ela tentou desbaratar nas empresas estatais.

O sexto capítulo do livro trata dos erros cometidos por Dilma Rousseff após a reeleição: brigou com a esquerda e a direita ao mesmo tempo. A presidenta apostou que poderia fazer um ajuste recessivo e ao mesmo tempo enfrentar as chantagens do PMDB. Para Singer, Dilma recuou no “ensaio desenvolvimentista” mas manteve o “ensaio republicano”. Enquanto isso, a Lava Jato abria

uma nova frente contra o lulismo. O texto detalha a ilusória crença do Planalto de que poderia vencer Eduardo Cunha na eleição para a presidência da Câmara, a aproximação de Michel Temer do empresariado e da oposição e os rodopios do governo diante das pressões e dificuldades.

O sétimo e último capítulo trata dos dias finais do governo Dilma Rousseff. Para além dos detalhes políticos e jurídicos do processo de impeachment, Singer argumenta que a Operação Lava Jato e sua ligação com a grande imprensa foram decisivas para radicalizar a classe média tradicional e sacramentar a derrubada da presidenta. O autor discute os “mecanismos de exceção”, os vazamentos e a seletividade política da Operação que relembram o caso da AP-470 e até da “República do Galeão” em 1954 contra Getúlio Vargas. Singer lembra que a fixação das manifestações, da imprensa e da Lava Jato em Lula, levantam suspeitas acerca do caráter republicado de todos eles.

Fato é que as camadas populares que mais se beneficiaram das políticas implementadas pelo lulismo, permaneceram indiferentes ao longo de todo o processo golpista. O motivo, segundo Singer é simples: “o lulismo não preparara a sua base para a contrarrevolução, pois isso implicaria abrir um confronto que estava fora de sua receita conciliatória” (2018, p. 279). Em suma, este é mais um trabalho de fôlego de André Singer no objetivo de explicar os anos recentes da política brasileira. Embora alguns o repudiem por seu passado petista, os que leem os trabalhos do cientista político, não podem deixar de reconhecer a densidade analítica, o debate acadêmico, o levantamento de dados e a reconstrução da narrativa histórica. Aos pesquisadores e interessados na compreensão dos Brasil atual, é um livro imprescindível

Beferências:

SINGER, André. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.